



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RECURSO N.º 216, DE 2008

(Do Sr. Alberto Fraga)

Recorre do indeferimento do requerimento nº 3361 de 2008.

DESPACHO:

PUBLIQUE-SE. SUBMETA-SE AO PLENÁRIO, NOS TERMOS DO ART. 142, I, DO RICD.

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Senhor Presidente,

Venho perante Vossa Excelência, com base no art. 142, I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, **RECORRER** da Vossa decisão que indeferiu a apensação da PEC Nº 308 a PEC 151, nos termos dos fundamentos que, doravante, passa a expender.

São os seguintes pressupostos contidos no o art. 142, *caput*, do RICD, no ponto que interesse ao deslinde da presente questão:

Art. 142. Estando em curso duas ou mais proposições da mesma espécie, que regulem matéria idêntica ou correlata, é lícito promover sua tramitação conjunta, mediante requerimento de qualquer Comissão ou Deputado ao Presidente da Câmara, observando-se que:

I - do despacho do Presidente caberá recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões contado de sua publicação;

“Art. 139. A distribuição de matéria às Comissões será feita por despacho do Presidente, dentro em duas sessões depois de recebida na Mesa, observadas as seguintes normas:

I - antes da distribuição, o Presidente mandará verificar se existe proposição em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa; em caso afirmativo, fará a distribuição por dependência, determinando a sua apensação, após ser numerada, aplicando-se à hipótese o que prescreve o parágrafo único do art. 142.

.....
Art. 142. Estando em curso duas ou mais proposições da mesma espécie, que regulem matéria idêntica ou correlata, é lícito promover sua tramitação conjunta, mediante requerimento de qualquer Comissão ou Deputado ao Presidente da Câmara, observando-se que:

I - do despacho do Presidente caberá recurso para o Plenário, no prazo de cinco sessões contado de sua publicação;”

O primeiro pressuposto, que é o da **matéria da mesma espécie**, está preenchido, pois ambas são Propostas de Emendas à Constituição;

O segundo pressuposto também está preenchido, pois a matéria não é idêntica, **mas é correlata**; uma vez que a correlação se dá quando o assunto é pertinente. A pertinência se dá uma vez que o requerimento é bem claro que a apensação deve-se ao fato de que a PEC 151, trata do sistema de segurança pública e nele tratou de um capítulo específico sobre o sistema penitenciário, incluindo a carreira dos agentes penitenciários; objeto específico da PEC 308.

Assim, está mais do que evidente que, com a devida vênia, o indeferimento do requerimento afronta a previsão expressa do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Pelo exposto, o Recorrente requer, o seu provimento pelo Plenário desta Casa, em ordem a restabelecer a tramitação conjunta entre as referidos proposições.

Sala das Sessões, em 26 de novembro 2008.

Deputado Alberto Fraga
DEM/DF

REQUERIMENTO N.º 3.361, DE 2008

(Do Sr. Alberto Fraga)

Requer a tramitação conjunta das PECs 308/04 e 151/95.

DESPACHO:

INDEFIRO, NOS TERMOS DO ART. 142 DO RICD, O PEDIDO CONTIDO NO REQUERIMENTO N. 3.361/2008, EM RAZÃO DE NÃO HAVER CONEXÃO ENTRE AS MATÉRIAS, CONFORME EXIGE O ART. 139, INCISO I, DO RICD. ESSE, ALIÁS, FOI TAMBÉM O MOTIVO DO INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO N. 2.592/2008, DE IGUAL OBJETO. OFICIE-SE. PUBLIQUE-SE.

Senhor Presidente,

Solicito as dignas providências no sentido de determinar a tramitação conjunta das PECs 308/04 e PEC 151/95, que encontra-se também apensada à PEC 534/02, que tratam de matéria correlata e por isso devem ser apensadas a mais antiga e que tem preferência regimental, conforme previsão contida no artigo 142, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Esclareço a Vossa Excelência que por decisões anteriores e sob os mesmos fundamentos já foram deferidos os requerimentos de apensação das seguintes PECs todas correlatas: nº 151/95; 156-A/95; 514-A/97; 613-A/98; 95/95; 87/99; 532/02 e 7/07.

Acrescento que a PEC 308/04, que trata do sistema penitenciário com a conseqüente carreira de agente penitenciário; tema também constante do Substitutivo da PEC 151, no seu art. 17, que cria um capítulo do Sistema Penitenciário, inclusive com a conseqüente carreira de agente penitenciário.

Em vista disso, solicito a Vossa Excelência o deferimento da tramitação conjunta dessas proposições legislativas, haja vista que condição estabelecida no Parágrafo único do referido artigo 142 encontra-se atendida, bem como permitirá uma discussão conjunta de todo o sistema de segurança.

Sala das Sessões, em de de 2008.

Alberto Fraga
Deputado Federal
DEM/DF

FIM DO DOCUMENTO
